

# O CONDE DE DUNDONALD E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

*“I’m more afraid of our own blunders than of the enemy’s devices”*

*Tucídides, História da Guerra do Peloponeso*

*Livro I, Capítulo V*

*Guarda-Marinha Elias Luiz Pedron Moschen*

## INTRODUÇÃO

A apreciação histórica do processo de independência brasileiro passa, necessariamente, pela análise do que poderiam ser consideradas seus precedentes imediatos. As requisições, dadas a D. João VI a fim de requisitar sua presença em terras portuguesas pelos signatários da Revolução Liberal do Porto, visavam a recuperação da dignidade dos territórios portugueses dentro de uma política orgânica característica das monarquias Ibéricas, dita sinodal, em que a presença da figura real conferia importância econômica e política às relações estabelecidas na localidade na qual estivesse, efetivamente localizado o corpo físico do rei.<sup>1</sup>

Pressionado pelos termos da carta recebida, e temendo perder o trono, D. João VI retorna para Portugal a fim de tomar parte na promulgação das Cortes, destinadas ao estabelecimento de um regime liberal marcado por uma Constituição, que estava em seu processo embrionário.

A saída do monarca para Portugal e o estabelecimento das discussões constituintes, no entanto, vieram acompanhadas de um recrudescimento das relações de submissão política anteriormente estabelecidas entre

Portugal e as terras brasileiras, pois que a liberalidade almejada pelos revolucionários não se estenderia para as paragens tupiniquins. Na realidade, é possível afirmar-se que um pilar importante no processo de reestabelecimento de Portugal enquanto centro do Império português, Império aqui usado no seu sentido *lato sensu*, passava pelo rebaixamento da condição alcançada pelo Brasil durante a presença da família real.

Obviamente, as mesmas reações que levaram ao surgir de inquietações políticas pelo rebaixamento da dignidade régia de Portugal tendiam a se repetir aqui, ainda mais acentuadas pela gravidade das propostas advindas da centralidade portuguesa, que visavam à diminuição da autoridade do Príncipe Regente D. Pedro através da oferta de um caminho de submissão direta das autoridades provinciais às Cortes em Portugal, restringindo a efetividade das decisões tomadas pelo Príncipe.

Quando da chegada da convocação das Cortes pela presença de D. Pedro, reticente a princípio, mas confiante no apoio de seus partidários, o Príncipe declarou sua oposição inicial aos propósitos das Cortes em janeiro, dia nove, no chamado Dia do Fico, e, posteriormente, declarou a Independência do Brasil à sete de setembro, na culminância do processo de cisão política começado durante as medidas da Revolução do Porto.

Este trabalho discorre sobre as visões estabelecidas pelo Almirante Cochrane sobre seu serviço nesses pro-

<sup>1</sup> XAVIER, Ângela Barreto & HESPAHANHA, António Manuel. “A representação da sociedade e do poder”. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Volume coordenado por António Manuel Hespanha. Lisboa: Estampa. 1993. v. 4, p. 120-155.

cessos de independência do Império do Brasil, isto é, qual a valoração que este fazia de suas ações, assim como alguns comentários pertinentes a esta discussão

## DA SITUAÇÃO DO BRASIL

O Brasil fora, tanto por motivos econômicos, quanto por motivos geográficos e pelos consequentes motivos políticos, dividido em dois centros de poder diversos, culminando em duas zonas de influência, marcadas pelo seu posicionamento geográfico no continente.

No âmbito econômico, as províncias do Norte, mais antigas em seu ciclo de produção de capital, marcado pela manufatura açucareira e relacionamento entre as províncias ultramarinas e Portugal próprio, eram marcadas por uma maior duração da associação com a organicidade política portuguesa, e, por tanto, maior influência desta.<sup>2</sup>

As províncias do Sul, associadas ao escoamento de ouro das Minas Gerais e demais associações econômicas marcadas pela logística de tal produto, assim como pelo surgimento posterior do ciclo cafeeiro e seu estabelecimento, eram marcadas pela centralidade administrativa trazida pela presença régia, dadas a uma regulação de certa forma independente e alinhadas com necessidades propriamente burocráticas.<sup>3</sup>

Nesse mesmo sentido, pode-se afirmar a divisão trazida, na era da vela, pela presença do Cabo de São Roque, um acidente costeiro que dificultava a ligação comercial entre os polos das regionalidades provincianas, ponto que se pode apontar como responsável pela maior ligação das províncias nortistas, comercialmente falando, com os territórios ultramarinos e com Portugal em si.

Dessas duas divisões, não resulta difícil concluir que os alinhamentos políticos dos dois polos divergissem grandemente entre si. As lealdades das províncias do Norte eram com seus parceiros comerciais, laços de sangue e laços políticos conquistados ao custo de

sangue, derramado nos processos de reconquista da França Equinocial e das ocupações holandesas.<sup>4</sup>

As províncias do Sul, e o Rio de Janeiro em particular, eram mais acostumadas à autogestão, não sendo raro ocasiões em que o auxílio para a expulsão de inimigos e invasores, estando eles no continente Americano ou Africano, partissem de decisões individualizadas de indivíduos como Correia de Sá, em seu processo para a reconquista da Angola.<sup>5</sup>

Assim, não seria equivocado afirmar que no Norte prevaleciam facções com foco na associação com Portugal, enquanto que, no Sul, seria mais vantajoso considerar a possibilidade de uma autogestão, como propriamente indicado pelo apoio dado à decisão de permanecer no Brasil e desafiar a decisão das Cortes, tomada por D. Pedro (ou então, em fato associado, pelo número vultuoso de oito mil assinaturas que acabaram por convencer o monarca a permanecer no Rio de Janeiro).

## O CONDE DE DUNDONALD

Quando da declaração da Independência do Brasil, as resistências das províncias mais afastadas resultaram em conflitos armados. Nesse sentido, tornou-se necessária a montagem de uma expedição que garantisse a unidade territorial frente ao processo de separação iminente. Aqui, novamente, os laços portugueses do Brasil se mostram como problema, pois que os navios disponíveis para a formação de uma Armada eram, em sua maioria, associados ao comércio ou ao Estado português, assim como as suas tripulações, como será apontado mais a frente. De mesma forma, os exércitos eram comandados por oficialidade portuguesa, assim como os vasos de guerra, cuja lealdade duvidosa não carece de explicação.<sup>6</sup>

Nesse sentido, e dada a premência dos conflitos para garantir tanto a unidade Imperial quanto a menor resistência possível, tornou-se necessário estabelecer a atuação de oficiais de nações estrangeiras. Nesse sentido, dezesseis oficiais foram convidados a prestarem

<sup>2</sup> BOXER, Charles Ralph. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Tradução de Nair de Lacerda; prefácio à terceira edição de Arno Wehling; prefácio à primeira edição de Carlos Rizzini. 3ª. ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000 [1962].

<sup>3</sup> LIMA, Oliveira. *O Movimento da Independência*. São Paulo: Itatiaia, 1989.

<sup>4</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Uma outra independência: o federalismo pernambucano (1817-1824)*. São Paulo: Editora 34, 2014.

<sup>5</sup> BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.

<sup>6</sup> BITTENCOURT, Armando de Senna (org.). *Introdução à História Marítima*. Rio de Janeiro: SDM, 2006.

seus serviços à causa brasileira, e, dentre desses, figurava o 10º Conde de Dundonald, Thomas Cochrane.

Thomas Cochrane, tendo tido os capitais familiares gastos por seu pai em experimentos científicos na Escócia, encontrou no serviço da Marinha Inglesa a resposta para garantir seu sustento. Tendo entrado no serviço ativo aos 18 anos, foi ascendendo na carreira até galgar a honra de Almirante, participando tanto nas Guerras Napoleônicas quanto na atuação política, enquanto membro do Parlamento.

Em uma atuação contra a Esquadra francesa na Baía da Biscaia, através de manobra arriscada, conseguiu abrir vantagem sobre o inimigo, mas o Comandante em chefe da Esquadra do Canal, Almirante James Gambier, optou por não fazer uso da vantagem.

O Parlamento, não obstante o fato, desejou promover um agradecimento à atuação do Alm. Gambier, que foi fortemente refutado por Cochrane. Diante desta situação, e sendo esta conduzida à Corte Marcial, Cochrane acabou por ser afastado de seus deveres no mar, sendo auxiliado neste afastamento pela sua atuação em favor de uma reforma no Parlamento e Marinha ingleses, que lhe conferiam uma reputação pouco popular.

Envolvido, posteriormente, em uma acusação de golpe financeiro à Bolsa de Valores, foi aprisionado, demovido de sua condecoração da Ordem de Bath e expulso do Parlamento. Entretanto, dias depois, foi absolvido de suas acusações.

Estas situações, e outros mais infortúnios que lhe sucederam, levaram-no a aceitar o convite do Chile para tomar parte na sua guerra de independência, em 1817. É na posição de Almirante no Chile que encontra o convite estendido por D. Pedro I para que este viesse auxiliar no estabelecimento da independência do Império do Brasil.<sup>7</sup>

## A VISÃO DE COCHRANE: A ARMADA BRASILEIRA, SUA PRÓPRIA ATUAÇÃO, A SITUAÇÃO DO BRASIL

A obra em que se escrevem as memórias de tal serviço, nomeada *Narrative of Services in the Liberation of Chili, Peru and Brazil*, foi escrita pelo Conde de

seu próprio punho. O teor, no entanto, não é autobiográfico, antes, escusatório. Os escritos desenvolvem-se como uma justificativa de ações e prestação de contas, certamente escritos como resposta às difamações que o Almirante sofreu no curso de suas ações, difamações que este listou em sua obra, uma alteração entre o Almirante, seus feitos, e um acusador invisível que personifica as afrontas que este afirma ter sofrido.<sup>8</sup>

Sendo advindo de uma visão unilateral, não se pretende nessas páginas proclamar algum juízo de valor sobre a veracidade das explicações e narrativa, mas antes, obter deste autor sua visão sobre a importância da Armada Imperial no processo de Independência do Brasil.

Nas páginas iniciais, julga o autor necessário explicar as condições de seu convite ao serviço do Brasil, o processo da viagem e sua impressão inicial dos vasos brasileiros. Quando deste último momento, afirma o Almirante que “the worst kind of saving – false economy- had evidently established itself in the Brazilian Naval Administration”,<sup>9</sup> com isto criticando o salário fornecido aos marinheiros, dez mil réis mais barato que o serviço nos barcos mercantes. Para a nau que acabaria tomando por capitânia, a *Pedro I*, elogiou suas provisões e navegabilidade.

Com relação à tripulação, afirmou que “[os homens] were of a very questionable description – consisting of the worst class of Portuguese, with whom the Brazilian portion of the men had an evident disinclination to mingle”,<sup>10</sup> ainda citando a relutância do Imperador em apontar que estes homens combateriam seus compatriotas, através do uso de frases como “ataque às forças parlamentares portuguesas”, com o que buscava indicar que a guerra seria feita contra as Cortes, não contra Portugal ou seu rei.

A isto se seguem considerações com relação à dificuldade de estabelecer com os ministros os termos de seu posto na Marinha brasileira, assim como os valores de seu pagamento. Neste trecho de suas memórias, o Almirante transcreve trechos de discussões, cartas e demais documentos comprobatórios de suas condutas.

<sup>8</sup> COCHRANE, Thomas. *Narrative of Services in the Liberation of Chili, Peru and Brazil*, Volume 2. USA, 2004, não paginado.

<sup>9</sup> Ibidem, não paginado.

<sup>10</sup> Ibidem, não paginado.

<sup>7</sup> MARTINS, Hélio Leôncio. *Almirante Lord Cochrane: uma figura polêmica*. Rio de Janeiro: Clube Naval, 1997.

Antes de partir para o serviço determinado pelo Imperador, qual seja, o combate e posterior dano à Esquadra portuguesa estacionada na Bahia, Thomas Cochrane afirma ter procurado no porto do Rio de Janeiro marinheiros estrangeiros, a fim de suplementar a falta de mãos no convés da Armada, assim como uma medida preventiva contra a situação do serviço, pois que “never before fallen to my lot to command a crew so inefficient”.<sup>11</sup>

Nesse momento da narrativa, começa a se configurar uma afirmação que vai permear o eixo lógico da obra: essa apontava para a existência de partidos diversos nos jogos políticos do Império, nomeados pelo autor como “facção portuguesa” e “facção brasileira” ou “patriótica”. Essa bilateralidade, assim como no plano físico, marcaria um esforço cisalhante no tecido social do Império, pois que seria do interesse da “facção portuguesa” o retorno ao status quo anterior ao da proclamação da Independência, contribuindo para isso com a promulgação de caos social, ódio contra a figura do Almirante e divisão entre os centros políticos do Império.

Também afirma Cochrane que esse ódio da facção portuguesa podia ser traçado à sua nacionalidade, pois que o fim dos monopólios comerciais acabara por prejudicar os negócios dos negociadores portugueses. Nas palavras do autor, “whom (os portugueses) cordially hated”.<sup>12</sup>

O Almirante afirma que o tamanho de sua Armada era de quatro navios quando de sua partida do Rio, pois que alguns ficaram para trás para terminarem de ser armados ou reparados. No navio capitânia, estavam embarcados 160 marinheiros ingleses e americanos e 130 escravos libertos na condição de “marines”, isso é, tropa embarcada.

No dia 4 de Abril, a Armada brasileira encontrou a força do Almirante português, no que Cochrane, com um menor número de navios e desconfiado de sua tripulação, optou por não combater de forma direta, mas antes, tendo visto na linha inimiga uma abertura, optou por quebrar a linha de batalha e separar quatro navios inimigos.

Tendo prosseguido com seu plano e sinalizado com as bandeiras, e afirmando em suas memórias que tal

manobra seria capaz de prover vantagem no combate, o Almirante se surpreendeu quando nenhum dos navios de sua Armada seguiu seu exemplo.

Somando-se ao fato de não ter sido obedecido, afirma o autor que o fogo naval dado pelo navio capitânia, além de ser de baixa qualidade, foi atrapalhado por dois marinheiros portugueses que, tendo sido encarregados de fornecer a pólvora, não só retiveram o fornecimento desta, como também prenderam os dois responsáveis por levá-la para os requerentes.

Nas palavras do Almirante, “extremely annoyed at this failure”,<sup>13</sup> Cochrane estabeleceu inquérito quanto à desobediência de suas ordens e demais acontecimentos, tendo concluído que a Armada, tendo sido apressada para se lançar ao mar, estava extremamente deficitária. Isso posto, e tendo dado voz às suas críticas em carta, em que se listam diversas ausências materiais, como cartuchos não apropriados ao serviço, armas sem travas, necessitadas de constante secamento com esponja, velas podres, cama do morteiro podre e pólvora sem força para fornecer a necessária velocidade inicial.

Da mesma forma, criticou os “marines”, por sua falta de entendimento de exercícios de armas, grandes ou pequenas, ou ainda o uso de espadas, que não compreendiam, assim como sua postura, já que se recusavam a limpar suas próprias cobertas e se tornavam em atrapalho aos marinheiros, obrigados a trabalhos de limpeza.

Com relação aos marinheiros, ele afirma que seria proveitoso a escolha de jovens de 14 a 20 anos para o treinamento, de forma que estes viessem a se tornar eficientes, já que “(os marinheiros brasileiros) are not only totatlly unpractised in naval profession, but are too old to learn”.<sup>14</sup>

Na mesma carta, ele cita que um dos navios da Armada estava a ponto de se entregar à força inimiga, graças à atuação de sua tripulação, como lhe foi relatado pelo comandante da embarcação, numa demonstração da evidente reticência dos marinheiros portugueses de atacar seus conterrâneos.

Tendo tomado ciência desta situação, Cochrane opta por dissolver o estado da Armada como antes estabele-

<sup>11</sup> Ibidem, não paginado.

<sup>12</sup> Ibidem, não paginado.

<sup>13</sup> Ibidem, não paginado.

<sup>14</sup> Ibidem, não paginado.

cido, tendo para isso ordenado que esta se concentrasse em Morro de São Paulo, na Bahia. Lá, ele retira todos os oficiais e marinheiros aptos dos outros navios da Armada e, com eles, equipa primariamente o capitânia *Pedro Primeiro*, e, secundariamente, o *Maria da Glória*.

Essa primeira escaramuça e contato do Almirante com sua Armada foram aqui relatados como forma de estabelecer uma consideração quanto à natureza de nossas forças no processo de independência. Posteriormente a essa decisão, Thomas Cochrane narra suas ações no processo de expulsão da Esquadra da Bahia, sua manobra de dissimulação para a conquista do Maranhão e Pará e o processo de retorno para o Rio de Janeiro, em que narra as honras recebidas pelo Imperador. Nesse intervalo da obra, encontra-se delimitado de forma evidente a visão do Almirante com relação à sua atuação nas batalhas pela independência.

Ao longo da obra, encontram-se espalhadas diversas afirmações, acompanhadas de trechos de cartas, recibos, documentos e relatos que visam evidenciar o que o Conde de Dundonald apresenta como maquinações, incorreções e injustiças cometidas contra a sua pessoa e à coletânea de seus serviços.

Essas afirmações, de uma forma geral, giram em torno de quatro polos: a deturpação do poder provincial, o injustiçar de suas ações, a apreensão de coisas que o autor considerava suas por direito e as tentativas de rebaixamento político.

Como exemplo de uma situação atinente ao primeiro eixo, Cochrane cita a rapidez com que a Junta Provisória, que estabelecera no Maranhão, busca exercer vingança sobre os portugueses remanescentes, coisa por ele proibida. Não só isso, como também, posteriormente, o corpo eleito como medida contra a violência se apropria do poder, demovendo os nomes que o Almirante indicara como pertinentes devido aos seus serviços e inserindo membros de sua própria família, em uma acusação de nepotismo.

Como injustiçamento, temos a decisão dos tribunais do Rio de Janeiro, de maioria portuguesa, de considerar que as presas feitas por Cochrane em guerra seriam ilegais, através da divulgação de decreto posterior ao ato do aprisionamento.

Na mesma linha de raciocínio, o aprisionamento de embarcações capturadas por Cochrane, conside-

radas por este como sendo suas, e a posterior transferência destas para as mãos do português, antigo dono, com a inclusão das cargas que, originalmente, não faziam parte da embarcação, assim como o sumiço inopinado de objetos de valor das cargas apreendidas e uma tentativa, frustrada com o auxílio do Imperador, de tomar posseção do valor recolhido no cofre do navio capitânia.

Por fim, o autor relata diversas tentativas de demover o apreço que o Imperador e a população tinham dele, através da publicação de cartas de reprovação de suas atitudes em assuntos menores, relativos à sua manutenção dos assuntos navais, assim como seu rebaixamento de posto através de uma carta inopinada promulgada sem antecedente ou aviso.

Essas atitudes eram consideradas pelo Almirante como maquinações da citada “facção portuguesa” a fim de promover a fraqueza do Império para a recuperação da condição anterior de colônia, sendo que em diversas ocasiões buscou o autor eximir a figura do Imperador da culpa por essas maquinações, respondia com um memorando de suas visões do serviço que prestara à nação.

Dessas, retira-se “a country whose entire independence was thus obtained by our personal sacrifices”, “knowing that everything depended upon the annexation and pacification of the Northern provinces”, “the revolutionary proceedings in the North, the integrity of the empire was at stake”.<sup>15</sup>

## CONCLUSÃO

As palavras do Almirante, acima citadas, demonstram a importância que este associava às suas ações para o estabelecimento do Império, e, portanto, da Independência. Cabem aqui, no entanto, algumas considerações.

Primeiramente, o caráter unilateral deste trabalho impede-o de ser capaz de formar imagem precisa da veracidade das afirmações apresentadas pelo Almirante Cochrane. Seria impróprio considerar uma fonte histórica unilateral no processo de construção de uma narrativa histórica, ainda mais quando esta fonte se encontra em evidente litígio com relação aos outros

<sup>15</sup> Ibidem, não paginado.

participantes históricos dos eventos. Esse percalço não invalida, de forma alguma, a validade de uma análise apreciativa de uma narrativa que parece se constituir de forma argumentativa, ainda que seja um momento inicial no processo de pesquisa deste tema.

Em sequência, as afirmações do Almirante devem ser tomadas com o devido peso. Não é novidade a necessidade de autopromoção, seja por razões de ego ou razões de serviço, e a narrativa histórica pode ser distorcida para servir ao narrador, sendo que neste caso em específico, um aumento no nível das ações tomadas no cenário das escaramuças serviria para intensificar o contraste entre os benefícios obtidos pela nação e os desserviços realizados pelos seus ministros e a “facção portuguesa” contra a pessoa do Almirante e seus subordinados, que esperavam compensação pelos seus serviços.

Da mesma forma, a narrativa não pode ser completamente descartada, pois que os assuntos tratados pelo Almirante não são novidades na historiografia, e muito já se tem escrito nas constatações de assuntos como os “Brazis”, como o mesmo escreve em seu relato, isto é, a não unidade entre as províncias do norte e as do sul, a pluralidade de interesses na causa imperial e demais dinâmicas da política imperial brasileira.

Qual é, no entanto, o papel da Armada Imperial no processo de independência? Podemos retirar das memórias do Almirante Cochrane as ações realizadas pela força naval considerada. De um olhar técnico, temos um conjunto de manobras que podemos classificar em um agrupamento de atividades específicas. Primeiramente, o desembarque de tropas nas províncias do Norte e a posterior organização destas de forma a garantir a estabilidade do governo recém-instituído, no que essas passaram a realizar trabalho de polícia e o eventual ulterior combate às forças de guerrilha que tenham se estabelecido no interior dos territórios recentemente ocupados. Nesse sentido, é interessante relatar a surpresa do Conde de Dundonald ao se deparar com as requisições de um grupo de tropas formado por indígenas e indivíduos desprovidos, para parafrasear o autor, que, após a liberação do Maranhão, se puseram a requisitar pagas e prêmios pelo seu esforço no processo de independência, esforço que Lorde Cochrane não reconhece, mas se

vê na obrigação de pagar, a fim de garantir a estabilidade interna da província.

Posteriormente, o bombardeio de praças terrestres, que, mesmo não realizado em grande escala nos primeiros embates do processo de independência, se mostrou como manobra essencial para a demonstração de força e convencimento, principalmente de tropas reticentes, da necessidade de capitulação quando enfrentando a presença da Armada estabelecida em suas águas e baías, como descrito pelo autor na sua ocupação do Maranhão. Nesse episódio, quando as tropas portuguesas, desconfiadas do estratégia utilizado para promover a rendição ao governo imperial, se recusaram a embarcar nas naves que as conduziriam de volta a Portugal, foram convencidas a cessar sua resistência quando um tiro de alarme foi dado sobre a cidade, e as tropas já embarcadas ameaçadas em sua integridade física pela presença e manobra do navio capitânia.

Podemos por fim relatar a própria ação naval da Armada, elemento-chave na manutenção e estabelecimento da independência nas províncias do Norte. As ações da Armada brasileira foram responsáveis pela expulsão da esquadra de bloqueio de Portugal da Bahia, sua posterior perseguição e captura de navios do comboio, pelo estabelecimento de defesas e, principalmente, pela rápida resposta oferecida quando da chegada de notícias de insurreições e conflitos. Na era considerada, foi a presença da Armada que permitiu a resolução eficiente do conflito, que, graças à sua maior velocidade de ação, permitiu a derrubada dos sistemas opositores antes que estes pudessem se estabelecer de forma mais completa.

A independência não foi o resultado de um relacionamento natural ou uma irmandade nascida de igual passado histórico, mas antes, uma situação forçada por circunstâncias externas, tal qual o desejo do regresso do monarca à sua terra natal, e posta em execução pela mão de um estrangeiro desafortunado que comandava força naval crucial para o estabelecimento de nossa unidade, homem que, movido por interesse pecuniário ou busca da restauração de sua honra, acabou por unificar dois territórios gêmeos através de manobras peculiares e escrever, ao longo de sua vida, seu nome nos anais da independência de quatro países diferentes.

## REFERÊNCIAS

- CASTRO, PAULO; RODRIGUES PEREIRA, José António. *Da Armada Real para a Marinha Imperial*. Rio de Janeiro: SDM, 2020. Disponível em <<https://www.naval.com.br/blog/2020/06/20/da-armada-real-para-a-marinha-imperial/>>. Acesso em 6 ago. 2021
- PAULA, Eurípedes Simões de. “Pequena nota sobre o papel da Marinha Imperial no processo da Independência”, 3ª Seção de Estudos, 1972.
- Encyclopaedia Britannica. *Thomas Cochrane, 10th Earl of Dundonald*. Disponível em <<https://www.britannica.com/biography/Thomas-Cochrane-10th-earl-of-Dundonald>>. Acesso em 6. ago. 2021
- XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. “A representação da sociedade e do poder”. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Volume coordenado por António Manuel Hespanha. Lisboa: Estampa. 1993. v.4.
- BOXER, Charles Ralph. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Tradução de Nair de Lacerda; prefácio à terceira edição de Arno Wehling; prefácio à primeira edição de Carlos Rizzini. 3ª. ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000 [1962].
- LIMA, Oliveira. *O Movimento da Independência*. São Paulo: Itatiaia, 1989
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Uma outra independência: o federalismo pernambucano (1817-1824)*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.
- BITTENCOURT, Armando de Senna (org.). *Introdução à História Marítima*. Rio de Janeiro: SDM, 2006.
- MARTINS, Hélio Leôncio. *Almirante Lord Cochrane: uma figura polêmica*. Rio de Janeiro: Clube Naval, 1997.
- COCHRANE, Thomas. *Narrative of Services in the Liberation of Chili, Peru and Brazil, Volume 2*. USA, 2004, Não Paginado.